

WHITEPAPER

DECIDIMOS

Tem Voto na Matéria

Um Novo Modelo de Participação Política para Portugal

decidimos.pt

Versão 1.0 — Fevereiro 2026

Documento Fundador

Índice

1. O Problema — A Democracia Portuguesa Está Doente
2. A Solução — Portugueses Primeiro, Voto Direto
3. Princípios Fundadores
4. O Modelo de Democracia Digital
5. Regras de Participação
6. Tecnologia e Segurança
7. Governação do Movimento
8. Roadmap até 2028
9. Chamada à Ação

1. O Problema

A Democracia Portuguesa Está Doente

Os partidos só aparecem de 4 em 4 anos

Na véspera das eleições, todos prometem ouvir o povo. Depois de eleitos, desaparecem. Governam para si, para os seus, para Bruxelas — para todos menos para quem os elegeu.

Promessas são moeda descartável

Programas eleitorais transformam-se em papel de parede. Quando confrontados, a desculpa é sempre a mesma: "instabilidade política", "herança do governo anterior", "imposições europeias". O cidadão fica sempre para último.

Ninguém nos consulta

Decisões que afetam a nossa vida — impostos, saúde, educação, imigração, habitação — são tomadas em gabinetes fechados, sem escrutínio, sem participação popular. A "democracia representativa" tornou-se um cheque em branco que os políticos passam a si próprios.

O país serve interesses que não são os nossos

As prioridades vêm de fora: agendas globalistas, diretivas europeias, pressões de mercados. Portugal perdeu a voz. Os portugueses perderam o poder.

O populismo e a desinformação envenenam o debate

A política portuguesa transformou-se num espetáculo de ataques pessoais e acusações mútuas. Os partidos gastam mais energia a destruir adversários do que a construir soluções. O populismo alimenta-se de meias-verdades e promessas impossíveis. A desinformação circula sem escrutínio. O resultado é uma sociedade cada vez mais dividida, onde o debate político saudável foi substituído por trincheiras ideológicas. Os cidadãos, fartos deste circo, afastam-se — e a democracia empobrece.

2. A Solução

Portugueses Primeiro, Voto Direto

Este movimento nasce de uma convicção simples:

"Quem vive em Portugal deve decidir o que acontece em Portugal."

Não são os partidos. Não são os burocratas de Bruxelas. Não são os interesses estrangeiros.

Os portugueses — com voto direto na matéria.

- Cada decisão parlamentar é votada pelos cidadãos
- Decisões baseadas em dados e na vontade popular real
- Representantes que executam, não que mandam
- Transparência total, promessas vinculativas

Isto não é um partido tradicional. É o fim da política como a conheces — e o início de uma democracia que realmente te pertence.

3. Princípios Fundadores

Estes são os sete princípios inegociáveis que definem a identidade do movimento. Quem participa, aceita-os integralmente. Não há exceções.

1. Soberania Nacional

Portugal decide o seu destino. Cooperamos com a União Europeia e parceiros internacionais, mas não abdicamos da nossa autonomia. A UE orienta, não obriga. Tratados e diretivas que prejudiquem o interesse nacional devem ser renegociados ou rejeitados.

2. Liberdade Económica e Justiça Fiscal

Defendemos uma economia que premeia quem trabalha e quem arrisca. Menos burocracia, impostos justos e um Estado eficiente — não maior, mas melhor. Apoiamos as PME's e o empreendedorismo como motores da criação de riqueza e emprego. Combatemos a corrupção, o desperdício de dinheiros públicos e os privilégios de quem vive do sistema. A proteção social deve existir para quem genuinamente precisa — os vulneráveis, os que enfrentam dificuldades reais. Mas o Estado não pode ser um incentivo à dependência. Trabalhar tem de compensar mais do que não trabalhar.

3. Valores e Identidade

Respeitamos e preservamos a cultura, história e identidade portuguesas. A família é o núcleo fundamental da sociedade. Defendemos os valores da responsabilidade individual, do trabalho e da comunidade — sem ceder a modas ideológicas ou engenharia social.

4. Verdade e Rigor

Rejeitamos o populismo, a demagogia e a desinformação — venham de onde vierem. As nossas posições são fundamentadas em factos, mesmo quando impopulares. Prometemos apenas o que é exequível. Preferimos uma verdade incómoda a uma mentira conveniente. Não praticamos política de ataque: o nosso foco são propostas concretas e debate construtivo, não a destruição de adversários.

5. Democracia Direta

Acreditamos que os cidadãos devem decidir diretamente as políticas que os afetam. Os representantes políticos são mandatários do povo, não seus tutores. Comprometemo-nos a que toda a decisão parlamentar seja precedida de voto popular vinculativo.

6. Transparência Total

Toda a atividade política — votos, financiamento, decisões — deve ser pública e auditável. Usamos tecnologia para garantir que o processo é visível a todos, enquanto protegemos o anonimato individual de cada votante.

7. Constitucionalidade

A Constituição da República Portuguesa é a nossa base inviolável. Qualquer proposta de alteração constitucional segue os mecanismos legais estabelecidos e passa pelo mesmo escrutínio democrático.

4. O Modelo de Democracia Digital

Visão Geral

A plataforma de Democracia Digital constitui o instrumento central de participação política deste movimento. Trata-se de um sistema onde cidadãos portugueses devidamente verificados podem submeter propostas, participar em processos de deliberação pública, e exercer o seu direito de voto em matérias que determinarão o programa político do movimento e, futuramente, as posições do partido na Assembleia da República.

Ciclo de Vida de uma Proposta

Fase 1 — Submissão: Qualquer cidadão verificado pode submeter uma proposta política, selecionando a categoria temática correspondente. A proposta é submetida a verificação automática para deteção de duplicados e conformidade com os princípios fundadores.

Fase 2 — Deliberação Pública: A proposta entra em período de deliberação, durante o qual qualquer cidadão pode apresentar argumentos fundamentados a favor ou contra. Estes argumentos são sujeitos ao mecanismo de **Escrutínio Público**, através do qual a própria comunidade avalia a pertinência e veracidade de cada contribuição.

Fase 3 — Votação: Concluído o período de deliberação, a proposta avança para votação formal. Os cidadãos dispõem de três opções: A FAVOR, CONTRA, ou ABSTENÇÃO. O prazo de votação é definido pela comissão de governação, sendo exigido um quórum mínimo de participação para validação do resultado.

Fase 4 — Resultado e Integração: Se a margem entre votos favoráveis e desfavoráveis for igual ou superior a 20 pontos percentuais, a proposta é formalmente APROVADA ou REJEITADA, sendo integrada no programa político do movimento. Caso a margem seja inferior, a proposta regressa à fase de deliberação para reformulação, podendo ser submetida a nova votação uma única vez.

Escrutínio Público

O mecanismo de Escrutínio Público constitui a salvaguarda contra a desinformação e a manipulação do debate político. Ao contrário dos modelos tradicionais de moderação centralizada, este sistema transfere o poder de validação para os próprios cidadãos.

Funcionamento: Cada argumento submetido durante a fase de deliberação pode ser avaliado por qualquer cidadão verificado. As avaliações incidem sobre dois critérios: utilidade para o debate e veracidade factual. Argumentos consistentemente validados pela comunidade ganham visibilidade; argumentos identificados como enganadores ou falsos são relegados para segundo plano.

Princípio orientador: Não existe censura prévia nem moderação editorial. A verdade emerge do escrutínio coletivo, não da decisão de um moderador. Este modelo garante pluralidade de perspetivas e impede a captura do debate por interesses particulares. Argumentos baseados em ataques pessoais ou a outros

partidos não têm lugar neste sistema — valorizamos propostas construtivas e debate fundamentado em dados.

5. Regras de Participação

Quórum Escalonado

O quórum mínimo para validar uma votação adapta-se ao tamanho da comunidade:

Registados na Plataforma	Quórum Mínimo
Até 1.000	20%
1.001 - 10.000	15%
10.001 - 50.000	10%
50.001 - 100.000	7,5%
100.001+	5% (mínimo 5.000 votos)

Margem de Aprovação

Uma proposta só é aprovada ou rejeitada se a diferença entre votos a favor e contra for de pelo menos **20 pontos percentuais**. Se a margem for inferior, a proposta volta a deliberação para reformulação. Após uma reformulação, se ainda não atingir os 20pp, é arquivada definitivamente.

Reformulação de Propostas

Quando uma proposta regressa à fase de deliberação por margem insuficiente, qualquer cidadão pode submeter uma versão reformulada. As versões alternativas são avaliadas pela comunidade através do mecanismo de Escrutínio Público, sendo a mais validada adotada como proposta oficial para segunda votação.

Sistema de Reconhecimento e Participação

A plataforma incorpora um sistema de reconhecimento que valoriza a participação construtiva e de qualidade. Este sistema visa incentivar o envolvimento cívico responsável, não a quantidade de interações.

Ação	Pontos
Exercer direito de voto	+1
Submeter argumento fundamentado	+2
Argumento validado como útil pela comunidade	+5
Argumento entre os três mais relevantes	+10
Apresentar proposta política	+3
Proposta aprovada com margem válida	+25
Reformulação adotada pela comunidade	+15
Argumento identificado como enganador	-10
Proposta removida por violação de princípios	-20

Níveis de Participação

Nível	Pontos	Designação	Competências
1	0-50	Cidadão	Votar, submeter argumentos
2	51-150	Participante Ativo	+ Submeter propostas
3	151-400	Contribuidor	+ Propor reformulações
4	401-800	Construtor	+ Sugerir urgência
5	801+	Fundador	+ Fórum de fundadores

Transparência do sistema: A classificação dos participantes é pública mas anonimizada. Cada cidadão pode consultar a sua posição relativa no sistema, sem acesso à identidade de outros participantes.

6. Tecnologia e Segurança

A infraestrutura tecnológica da plataforma foi concebida com base em três pilares fundamentais: verificação rigorosa da identidade, anonimato absoluto do voto, e transparência total do processo. Estes princípios não são negociáveis.

Autenticação e Verificação de Identidade

O acesso à plataforma é exclusivamente realizado através da **Chave Móvel Digital (CMD)**, o sistema oficial de identificação eletrónica do Estado Português. Este mecanismo garante, de forma inequívoca, que cada participante é um cidadão português maior de idade, eliminando a possibilidade de contas falsas, duplicadas ou estrangeiras.

Não existe registo por email, redes sociais ou qualquer outro método. Um cidadão, uma identidade, um voto.

Anonimato Absoluto do Voto

O sistema de votação foi arquitetado para garantir o **anonimato absoluto e irrevogável** de cada voto. A única pessoa com capacidade de consultar o histórico dos seus próprios votos é o próprio cidadão que os exerceu.

Nenhum administrador, operador ou entidade — incluindo os fundadores do movimento — tem acesso aos votos individuais de qualquer membro. O sistema foi desenhado para que esta informação seja tecnicamente inacessível, não apenas protegida por políticas internas.

Esta arquitetura protege os cidadãos de qualquer forma de pressão, coerção ou retaliação política, assegurando que cada voto é verdadeiramente livre.

Blockchain Pública e Auditável

Todos os votos são registados numa **blockchain pública**, criando um registo permanente, imutável e verificável de cada votação. Qualquer cidadão — participante ou não — pode auditar a integridade do processo eleitoral, confirmando que os resultados correspondem aos votos efetivamente registados.

A blockchain garante transparência do processo sem comprometer o anonimato do votante. É possível verificar *que* os votos foram contados corretamente, sem revelar *quem* votou em quê.

Código Aberto (Open-Source)

O sistema de votação será integralmente **open-source**, com código disponível publicamente para escrutínio. Qualquer programador, investigador ou cidadão interessado pode examinar, auditar e validar como cada voto é processado, contado e registado.

Não pedimos que confiem em nós. Pedimos que verifiquem. A confiança constrói-se com transparência, não com promessas.

Triagem Automática

As propostas submetidas passam por verificação automática antes de entrarem em deliberação: deteção de duplicados e filtragem de linguagem imprópria. Não existe moderação humana centralizada — a validação do conteúdo político é responsabilidade exclusiva da comunidade, através do mecanismo de Escrutínio Público.

7. Governação do Movimento

Fase Atual — Construção da Comunidade

Durante a presente fase, anterior à formalização legal do partido, a plataforma é mantida por uma comissão fundadora. Esta comissão opera com responsabilidades estritamente delimitadas:

- Definir a urgência e duração de cada proposta em deliberação
- Decidir sobre propostas que não atingem quórum mínimo
- Assegurar o funcionamento técnico e a segurança da plataforma
- Preparar a formalização legal do partido político

Limites intransponíveis: A comissão não dispõe de poder de veto sobre decisões da comunidade. Não pode aprovar, rejeitar ou modificar propostas. O seu papel é exclusivamente operacional e técnico. O poder deliberativo pertence aos cidadãos.

Fase Futura — Partido Formalizado

Após constituição legal do partido, a plataforma assume o papel de **mecanismo vinculativo de decisão política**. Os deputados eleitos pelo partido ficam obrigados a votar na Assembleia da República em conformidade com o resultado das votações populares na plataforma.

Exceção de segurança nacional: Em matérias que envolvam emergência nacional, segurança do Estado ou situações que exijam decisão imediata, os deputados podem exercer julgamento próprio, sendo o voto popular considerado consultivo. Esta exceção existe para proteger o interesse nacional em circunstâncias extraordinárias, não para contornar a vontade popular.

8. Roadmap até 2028

2026 — Lançamento (Fase Atual)

- Publicação do Whitepaper
- Desenvolvimento e lançamento da plataforma
- Recrutamento dos primeiros membros fundadores
- Início da construção do programa político pela comunidade
- Testes de segurança e auditorias externas
- Campanha de divulgação nacional

2027 — Formalização

- Constituição legal do partido político
- Recolha das assinaturas legalmente exigidas
- Processo transparente de seleção de candidatos
- Consolidação do programa político
- Preparação da estrutura eleitoral

2028 — Eleições Legislativas

- Campanha eleitoral
- Candidatura oficial às eleições legislativas
- Objetivo: representação na Assembleia da República

9. Chamada à Ação

DECIDIMOS

Tem Voto na Matéria

Isto não é uma sondagem. Não é um fórum de discussão.

É democracia a funcionar.

O que decides aqui, acontece.

Se estás cansado de promessas vazias e de políticos que só aparecem de quatro em quatro anos. Se acreditas que Portugal merece um sistema político que responda aos portugueses e não a interesses externos. Se queres que a tua voz conte — não apenas no dia das eleições, mas em cada decisão que afeta o teu país.

Junta-te ao Decidimos.

Não te pedimos que confies em nós. Pedimos que construas connosco. O código é aberto. As regras são claras. O poder é teu.

decidimos.pt

— Os Fundadores
Fevereiro de 2026